

1 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - **SEDS/PR**  
2 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - **CEDCA/PR**  
3 Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' - Palácio das Araucárias  
4 CEP 80530-915 - Curitiba – Paraná



5  
6  
7 **Assembleia Extraordinária do**  
8 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente**  
9 **CEDCA/PR 06/12/2016**  
10

11 Aos seis dias do mês de dezembro do ano de 2016, às 09h00, em primeira convocação, no auditório da  
12 OAB-PR – Ordem dos Advogados do Brasil – Seção PR, à Rua Brasiliano Moura – Sala do Conselho Pleno,  
13 foi dado início à **1ª Assembleia Extraordinária** dessa semana, reunindo especialmente os Conselheiros do  
14 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**, especialmente convocados  
15 para a ocasião. Nesse primeiro momento, foram identificadas as presenças dos Conselheiros **Débora**  
16 **Cristina dos Reis Costa (ABEC)**, **Marcela Evangelista (Financeiro/SEDS)**, **João Francisco Valente**  
17 **Tigrinho (SEPL)**, **Ana Cláudia Machado (SESP)**, **Maria Leolina Couto Cunha (ACRIDAS)**, **Waldemar**  
18 **Morello (Casa Civil) – totalizando 6 Conselheiros, e também de Adriane Chede (Câmara do FIA/SEDS)**  
19 **Dra. Maria Christina Santos (OAB)**. Tendo em vista a inexistência de quórum e no aguardo de chegada de  
20 um maior número de **Conselheiros**, a **Presidente Débora** anunciou a pauta do dia: “**Plano de Ação –**  
21 **Elaboração da Lei Orçamentária” - Critérios para análise de projetos. •Chegada dos demais**  
22 **Conselheiros – Antônio Carlos Dourado (SEET)**, **Alann Caetano Bento (SEDS – Coordenadoria da**  
23 **Política da Criança e do Adolescente)**, **Alexandra Alves José (EPESMEL)**, **Edna Aparecida Sarro**  
24 **(Comunidade de Assistência Bom Pastor)**, **Elidiamara Simões Nunes (APAE de Umuarama)**, **Renann**  
25 **Ferreira (Guarda Mirim de Foz do Iguaçu)**, **Thiago Aparecido (APAE de Santo Antônio da Platina)**,  
26 **Alex Sandro da Silva (SEJU)**, **Maísa M. Antônio (Comunidade Católica Emanuel)**, **Dinari de Fátima E.**  
27 **Pereira (Centro de Nutrição Renascer)**, **Cilmara de Fátima B. de Oliveira (Assoc. de Pais e Amigos do**  
28 **Deficiente Visual)**, **Alann Kolodzieiski (SEEC)**, totalizando (**18 Conselheiros**), e também **Dra. Danielle M.**  
29 **Vieira (Núcleo Jurídico/SEDS)** e **Dr. Anderson Rodrigues Ferreira (OAB/PR)**. Na abertura formal desse  
30 evento, a **Conselheira Presidente Débora Cristina dos Reis Costa (ABEC)** cumprimentou a todos,  
31 formulando um agradecimento especial pela cessão do espaço da OAB ao CEDCA, tendo em vista as  
32 reformas que estão sendo levadas a efeito, no 7º andar do Palácio das Araucárias. Os representantes dessa  
33 importante instituição no Conselho, Dra. Maria Christina Santos e Dr. Anderson Rodrigues Ferreira não  
34 mediram esforços para que esse Colegiado pudesse cumprir suas pautas nessa semana. Na sequência, a  
35 **Conselheira Marcela Evangelista (Grupo Financeiro da SEDS)** projetou na tela o Plano de Ação,  
36 informando que leria cada objetivo, submetendo-o à apreciação da plenária. •**Registrada a chegada da**  
37 **Dra. Luciana Linero (Promotora de Justiça)**. Pedindo a palavra, a **Conselheira Presidente Débora**  
38 **Costa** esclareceu que o TAC não entra na previsão orçamentária do próximo ano, isso ficou claro quando  
39 firmou-se o compromisso do qual participou o Ministério Público. A devolução do TAC não deve se confundir  
40 com o orçamento anual. Respondeu a **Conselheira Marcela (SEDS)**, afirmando que o Plano de Ação agora  
41 está junto, com execução direta do Estado. A Presidente retornou, apontando que já existe uma previsão

42 orçamentária de 108 milhões de reais. É importante o Conselho participar das peças orçamentárias, antes  
43 de ir o Projeto de Lei. **Marcela Evangelista (Grupo Financeiro/SEDS)** esclareceu que esse documento foi  
44 trazido antes para ser submetido a uma discussão. Em agosto, houve o pedido da **Conselheira Márcia** para  
45 aguardar a assinatura do TAC. Assim, a construção do Plano de Ação era para outubro e finalmente para  
46 esta data. A LOA foi toda baseada nesse instrumento. Todos os objetivos e consequentes ações foram  
47 contemplados. Para 2017, todas essas discussões poderão ocorrer antes. Segundo a Promotora de Justiça,  
48 **Dra. Luciana Linero**, é bem mais razoável discutir antes, porque depois apenas se cancela. Apontou a  
49 **Conselheira e Presidente Débora Costa**, que a criança e o adolescente também são vistos em outras  
50 Secretarias de Estado, assim, é possível atuar junto. No desenrolar dessa reunião, os objetivos do Plano  
51 foram vistoriados um a um, visando verificar se ocorreram modificações ou supressões. O fortalecimento  
52 das capacitações dos Conselhos Tutelares, foi um assunto bastante abordado. Foi apontado pela  
53 **Conselheira Edna Sarro**, que essa ação não deverá ser Via Web, já que muitos Conselheiros tem  
54 dificuldades em acessar a internet, a aprendizagem presencial é bem mais proveitosa. •Registrada a  
55 chegada da **Conselheira Maria Teresa** às 10h15min. Dando a sua contribuição, o **Coordenador da**  
56 **Política e Conselheiro Alann Bento/SEDS** relatou que já estão formatadas as capacitações para os  
57 módulos inicial, médio e avançado. A previsão é utilizar as Universidades, com previsão teórica e prática na  
58 carga horária. Já se está na 3ª tentativa de negociação. Na deliberação do Conselho já está definido ser  
59 presencial. Tomando posição, a **Conselheira Alexandra (EPESMEL)** desejou fazer algumas considerações:  
60 1º) o atendimento ao adolescente ameaçado tem destinados apenas 500 mil reais e deverá ser algo perto  
61 de 5 milhões – 2º) em reunião anterior, a SEJU apontou a necessidade de qualificação profissional do  
62 adolescente internado – 3º) a necessidade de propor uma deliberação, para as instituições, visando  
63 melhorar às suas estruturas de atendimento (11 milhões de reais). Respondendo, a **Conselheira Marcela**  
64 informou que existem recursos do superávit, para completar essas ações. •Registrada a chegada da  
65 **Conselheira Iolanda Maria Novadzki (SESA)**. Houve um aparte da **Sra. Promotora Luciana Linero** – o  
66 número de protegidos é grande e os grupos de criminalidade também. Ocorreu uma baixa significativa nos  
67 recursos oriundos do Governo Federal. Sendo assim, será necessário o aporte de recursos do FIA para  
68 manter o programa. Já foi encaminhado um ofício ao Ministério da Justiça. Lembrou o **Conselheiro Alex**  
69 **Sandro (SEJU)**, que o recurso destinado à qualificação profissional deverá ser previsto no Plano de Ação  
70 2017, para que em 2018 não se corra o risco. Esclareceu o **Conselheiro Alann** que em outubro ocorreu  
71 uma previsão, e a Deliberação 64 redirecionou. Pela necessidade da SEJU, antecipou-se. Ainda pontuou a  
72 **Conselheira Alexandra** discutir nesta data, já antevendo 2018. Na sequência, todos os objetivos do Plano  
73 foram avaliados e completados – **Aprovado o Plano de Ação** - •**Sugestão da Promotora Luciana:** a  
74 Saúde faz o atendimento à drogadição do adolescente igual ao adulto e tem baixa adesão. Solicitar um  
75 planejamento de ações específicas para o usuário de drogas adolescente. De maneira oportuna, a  
76 Conselheira representante da SESA, médica-pediatra **Iolanda Maria Novadzki**, concordou que o  
77 atendimento não é adequado, o modelo atual na verdade, não contempla, além do que existe um déficit de  
78 profissionais psiquiatras. Acrescentou ser impossível deixar de incluir a educação nesse trabalho, uma vez  
79 que esses drogaditos são também filhos de drogados. Há necessidade de um novo projeto, que incluia  
80 também o combate a dois outros vícios violentos:- o **tabaco** e o **álcool**. A **Conselheira Débora** comentou  
81 que nos dias de hoje discute-se a internacionalização da medicalização – exemplificou a **ritalina**, que é  
82 adquirida por professores e se destina a crianças e adolescentes. **Planilha do FIA Doação / 2017 – A**

83 **Presidente Débora** lembrou que o Conselho Aguarda o parecer do MP e da Procuradoria Geral do  
84 Estado, no que se refere às doações. Da mesma forma, o parecer que procederá da OAB já está em vias de  
85 conclusão. A **Conselheira Marcela** esclareceu que no site encontram-se relacionados os projetos novos,  
86 pois os antigos aguardam esse parecer até 27 de dezembro. Na opinião da **Presidente Débora**, isso não  
87 poderá ser condição para travar a entrada no Banco de Projetos. **Aprovado o FIA / Doação / 2017**. Na  
88 sequência, algumas discussões ocorreram sobre a intenção de aportar mais recursos, visando possibilitar  
89 reformas, ampliações e construções – Rede socioassistencial e seu fortalecimento. (Suplementação de  
90 recursos do superávit. Convicta, a **Conselheira Alexandra (EPESMEL)** garantiu ter contribuições para  
91 construir o edital, com relação a critérios para elaboração de editais, das linhas de ação do Plano / 2017.  
92 **Reunião extraordinária** agendada para 15 de fevereiro/2017, entre os componentes das Câmaras de  
93 Políticas Básicas e FIA. A par disso. O **Conselheiro Alann** questionou se a SEDS continuará a receber todo  
94 e qualquer tipo de projeto ou se serão aqueles que virão, frutos de editais abertos. Enfática, a **Conselheira**  
95 **Alexandra** colocou que estão sendo usados 2 pesos e 2 medias ou seja: para uma entidade é dito que não  
96 se tem linha aberta e para o Hospital de clínicas que aqui vem com 2 ou 3 padrinhos, o CEDCA aprova.  
97 Redarguiu o **Conselheiro Alann Bento**, esclarecendo que houve discussão na Câmara e ele mesmo  
98 apontou que dever-se seguir o marco regulatório ou seja, todos os projetos passam pela **Lei nº 13.019**. No  
99 caso do HC, é sobre a complementação dos serviços do SUS. Se o projeto é bom, estabelecer critérios e  
100 fazer o chamamento. Fazer uma orientação para as entidades. Insistiu a **Conselheira Alexandra**,  
101 apontando que ao ter bons padrinhos, é certa essa aprovação. Foi dito pela **Promotora Luciana Lineiro**  
102 que o Conselho delibera se será cofinanciamento, pois aí não acontece a interlocução. No desfecho da  
103 discussão, o **Conselheiro Renann Ferreira (Guarda Mirim de Foz do Iguaçu)** sugeriu que esses projetos  
104 sejam recebidos pelas Câmara de Política Básica e FIA e a cada 3 meses, reunir para avaliar, já com os  
105 pareceres jurídicos da SEDS. Foi esclarecido pela **Dra. Danielle M. Vieira**, que a Câmara discute e envia  
106 para o Núcleo jurídico; antes esse setor não se manifestará. Para otimizar o tempo, discutir com as  
107 Câmaras, os projetos que chegarão sem linha e sem edital. Nesse momento, houve a proposta do  
108 **Conselheiro Alann (SEDS)**, ao repassar orientações para as entidades, apontar que elas mesmas devem  
109 manifestar o seu interesse, sempre com base no marco regulatório ou o Conselho faz o chamamento e  
110 colocar para demonstrar inelegibilidade ou dispensa o edita. A **Presidente Débora** considerou um fluxo  
111 deve ser criado, indicando no formulário. Essa medida é para que haja segurança jurídica. Segundo alguns  
112 Conselheiros, as entidades pequenas não saberão aplicar no sei município. Segundo a **Conselheira**  
113 **Alexandra** é preciso arrumar um meio, caso contrário só será Curitiba com os seus padrinhos. Contribuiu a  
114 **Técnica Adriane Chede (FIA)** pontuando que a deliberação de 2012 já possui um padrão, com o Check-list  
115 da documentação. Agora, ocorreram mudanças nessa documentação e será preciso melhorar. Nessa  
116 ocasião, o **Conselheiro Antônio Dourado (SEET)**, colocou não se sentir confortável – 1º ponto é a  
117 variação dos tetos, 2º Qual o número da Resolução utilizada? (nº 51/2012). Lá na ponta tem pessoas que se  
118 oferecem para vir junto e apadrinhar. Disse concordar que tenha o teto, que tenham critérios, porém como  
119 se estabelece a estratégia para que chegue lá na ponta. Discute-se muito a não utilização do Fundo. Foi  
120 sugerido pela Conselheira **Maria Leolina Couto Cunha (ACRIDAS)**, que se organize uma capacitação  
121 online, que depois poderá ficar no site. Trata-se de uma ação econômica e os técnicos da SEDS poderão  
122 dar explicações. Segundo o **Coordenadora Alann** existe uma nova legislação que traz como regra o  
123 **chamamento**. Pontuou que todos os projetos deverão ser analisados. Disse a **Conselheira Alexandra** ser

124 necessário criar o próprio fluxo e encontrar estratégias para divulgar. (ver na Reunião extraordinária. Abrindo  
125 um espaço, a **Conselheira Marcela** informou que o Conselho havia solicitado, ara apresentar o fruto das  
126 deliberações das Coordenações da SEDS. Alguns retornos já aconteceram – PSB, Família Paranaense e  
127 aguarda-se as demais. **Alann Bento** informou que esse controle já havia sido discutido; foi elaborado um  
128 sistema a, porém presentemente cada Coordenação vem fazendo esse controle a sós. Entre tais  
129 informações, a **Conselheira Débora Costa** colocou desejar saber qual o motivo pelo qual algumas ações  
130 não foram executadas. Às vezes faltam documentos, mas o salto está lá. **Intervalo para o almoço às**  
131 **12:30hs. Retomada dos trabalhos às 14:00 horas.** Registradas as presenças dos Conselheiros: Débora,  
132 Marcela, Maria Leolina, Ana Cláudia, Dinari, Maísa, Elidiamara, Alexandra, Thiago, Renann, Alexsandro,  
133 totalizando **14 Conselheiros. Retomada do andamento das Deliberações.** A **Técnica Carla/SEDS**  
134 apresentou a planilha do “Crescer em Família” e “Liberdade Cidadã” Discorreu sobre a posição dos  
135 convênios em execução e suas respectivas datas de vencimento. Os município passíveis de arquivamento,  
136 foram listados e comunicados via ofício, alguns deles solicitando dilação de prazo. O Município de Iretama é  
137 o único que ainda irá assinar, regularizando suas pendências. Segundo a **Conselheira Maria Tereza**, mais  
138 uma vez está claro que a grande maioria dos Projetos são de Curitiba, ou seja, aqueles que estão mais  
139 próximos da informação. Visando esclarecer, a **Conselheira Marcela (GFS/SEDS)** informou que captar é  
140 uma dificuldade que todas tem, as entidades precisam ir até as empresas e vender seu projeto. O grande  
141 ponto é a dificuldade de acesso, e o maior captador em Curitiba é o Hospital Pequeno Príncipe. O  
142 **Conselheiro Vice Presidente Alann Bento** expôs que existem 80 processos em trâmite, bem como  
143 projetos anteriores a 2012. Na Sequência, os técnicos **Ewerton e Mari**, ambos da SEDS, fizeram alguns  
144 esclarecimentos sobre os projetos AFAl, Brincadeiras na Comunidade e outros em parceria com a área da  
145 Cultura e Esporte. Da parte dos **Conselheiros Antônio Dourado e Tatjane Garcia** veio a informação que  
146 o Projeto Agentes de Leitura está sendo executado desde o ano passado; seus agentes trabalharam cerca  
147 de 400 horas cada. As ações foram espalhadas por 4 municípios: - Paranaguá, Pinhais, Foz do Iguaçu e  
148 Apucarana. A sobre os recursos deverá ser devolvida até 31/12. O Conselheiro referiu-se também às  
149 edições (Lazer no Paraná), uma concluída parcialmente. Recursos para capacitação de gestores dos  
150 esporte, 500 mil reais destinados a aquisição de material para práticas lúdicas nos municípios. Foi solicitado  
151 que os 142 mil disponíveis permanecessem, visando aplicar numa 2ª parte do projeto, atendendo os  
152 municípios que faziam parte do Programa Família Paranaense. Vale lembrar que 60% dos municípios  
153 passarão pela troca de Prefeitos. Pretende-se realizar o processo licitatório para os materiais e o restante a  
154 ser utilizado na capacitação dos novos gestores para essa futura edição. Acompanhando de perto todas  
155 essas famílias, a **Técnica Mari** afirmou a relevância desse projeto, que na verdade modifica o ambiente  
156 onde é implantado. O Programa Família Paranaense é um programa estratégico, e trabalha-se para que as  
157 ações possam atingir mais as famílias em vulnerabilidade no Paraná. O Programa Adolescentes  
158 Protagonista também irá andar. **AFAl (Familiares de adolescentes internados)** As deliberações 20/2012, 1  
159 de 2013 e a 82/2015, preveem o repasse Fundo a Fundo. Foram contabilizados 89 municípios das duas  
160 primeiras e 58 da Deliberação de 2015. Municípios do AFAl com repasse são 20. Existem outros 45 com  
161 pendências (necessidade de correções no Plano de Ação). 558 famílias no AFAl: O acompanhamento  
162 desses núcleos familiares vai até 1 ano após a desinternação, mesmo que haja reincidência (o critério é que  
163 o adolescente esteja internado em até 1 ano. Realizar um levantamento do AFAl; elencando aqueles que  
164 guardam pagamentos. **Brincadeiras na Comunidade:** 116 municípios fizeram adesão e 37 estão no

165 aguarda para ajustes. Ao final, a representante da OAB **Dra. Maria Cristina Santos** fez a entrega do seu  
166 parecer e do **Dr. Anderson Ferreira**, referente aos processos das entidades para obtenção de recursos. A  
167 presente ata foi redigida pela servidora da SEDS, Regina Amasiles Rodrigues Costa, gravada e digitada por  
168 Jonathan Coelho Zaninelli, sendo a Secretária Executiva **Maria Leticia Zavala Dellê**. O documento após  
169 aprovação, será inserido no site do CEDCA.